

REFLEXÕES ACERCA DOS CURRÍCULOS EDUCACIONAIS E A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO

Rodrigo Reis Lastra Cid*

Resumo:

O objetivo deste artigo é indicar qual a finalidade da educação e como isso implica modificações nos currículos da educação básica e nos métodos de orientação e avaliação de ensino. Partimos dos conceitos de capacidades e consenso sobreposto, criados respectivamente por Amartya Sen e John Rawls, e encontramos algo que podemos chamar de vida boa e o que significa melhoria de vida. Então, estabelecemos que a educação deve ter como função primordial capacitar o sujeito a levar uma vida boa em harmonia com o meio social. Para decidirmos se o currículo educacional básico cumpre essa função, partimos para uma análise das disciplinas escolares. Percebemos que tanto o currículo, quanto os métodos de ensino eram importantes para a realização da função da educação, e que a educação básica brasileira não consegue cumprir esses dois pontos satisfatoriamente, pois o currículo atual não capacita plenamente o indivíduo a levar uma vida boa e os métodos de ensino não são orientados e avaliados pedagogicamente por profissionais. Enfim, a conclusão que chegamos foi a de que precisamos de certas mudanças no currículo e nos métodos de ensino.

Palavras-Chave: Educação, Avaliações, Orientações

1 INTRODUÇÃO

A questão da melhoria da educação básica brasileira passa por dois aspectos principais: as técnicas de ensino do conteúdo e o próprio conteúdo. Se quisermos escolher currículos educacionais adequados, temos que ter uma forma adequada de fazer essa escolha e temos que ter em mente uma finalidade para a educação. O currículo educacional de um povo reflete o que o governo desse povo pensa que deve ser essa finalidade. Será que se nos perguntarmos sobre a finalidade da educação brasileira, baseados nas disciplinas obrigatórias do ensino básico (fundamental e médio), encontraremos algo que incentive aquilo que nós, como povo, pensamos que deve ser a finalidade da educação?

* Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto / Minas Gerais – Brasil, rodrigoricid@ifac.ufop.br.

Essas perguntas, e muitas outras semelhantes, rondam nossa mente quando pensamos sobre o rumo da educação brasileira ou sobre o que os nossos filhos estão aprendendo. Nos perguntamos se a escola será capaz de dar as bases para eles conseguirem viver bem e em harmonia com o meio social. A resposta que obtemos é algo semelhante a seguinte: a escola proporcionará os conhecimentos adequados para aqueles que quiserem competir e ter uma graduação.

Isso não é uma resposta satisfatória à nossa pergunta. Devemos (1) dizer quais são as coisas que julgamos importantes para que um indivíduo consiga viver uma boa vida em harmonia com o meio social, e (2) nos questionar se o atual currículo escolar básico é feito para capacitá-lo a isso. Se for, nosso problema se encerrará por aí. Se não for (conforme penso), teremos que (3) sugerir um novo currículo educacional e indicar como ele influirá na vida dos indivíduos da forma que esperamos.

2 A VIDA BOA E O AUMENTO DAS CAPACIDADES

O ponto que deve ser esclarecido nesta seção é o que queremos dizer com vida boa. Pensamo-la baseados no conceito de *consenso sobreposto* de John Rawls⁽¹⁰⁾ e no conceito de *capacidades* de Amartya Sen^(11,12,13). O primeiro é um consenso sobre algo que pessoas com doutrinas de vida divergentes poderiam concordar; como, por exemplo, todos concordariam, independente da doutrina de vida que siga, que não faz parte da vida boa passar fome. O segundo, as capacidades, é o quanto uma pessoa é livre para realizar ações e estados de vida que ela tem razão para valorizar; esses estados e ações são chamados de funcionamentos. No conjunto dessas capacidades deve-se levar em conta tanto as capacidades individuais, quanto as facilidades externas (oportunidades).

A partir de uma conjunção desses dois conceitos, podemos obter, na forma de um consenso sobreposto, a resposta sobre quais são as capacidades e funcionamentos que pensamos fazer parte de uma vida boa (como nos sugere Martha Nussbaum^(5,8)). Assim, qualquer pessoa razoavelmente sensata, independente de sua concepção de bem, aceitaria que os funcionamentos e capacidades seguintes devem fazer parte da vida boa: 1. Estar alimentado e nutrido; 2. Estar saudável e não morrer prematuramente; 3. Ter um trabalho recompensador; 4. Ter habitação, saneamento básico, eletricidade e água; 5. Ter os

conhecimentos necessários para a vida em sociedade; 6. Agir livremente (sem barreiras legais desnecessárias); 7. Ter oportunidades de desenvolver as próprias potencialidades; 8. Participar da vida da comunidade; 9. Passar a capacidade de levar uma vida boa às gerações futuras.

Isso nos dá uma idéia do que seria consensualmente uma vida boa, mas não do que seria *melhorar de vida*. Precisamos de um conceito deste tipo para que nossa tese possa levar em conta também as diferenças entre as vidas boas que as pessoas podem levar. Melhorar de vida, então, é o mesmo que aumentar as capacidades para realizar os funcionamentos que se tem razão para valorizar, ou seja, é ter mais liberdade substantiva.

Quando pensamos, então, se o atual sistema de ensino básico brasileiro é capaz de favorecer ou incentivar que um indivíduo consiga ter uma vida boa em harmonia com o meio social, chegamos ao ponto de nossa análise curricular.

3 ANÁLISE DO CURRÍCULO ESCOLAR BÁSICO BRASILEIRO

Em primeiro lugar, creio que devemos nos atentar para quais são as disciplinas ministradas no ensino básico brasileiro: português, matemáticas, biologia, química, física, história, geografia, inglês/espanhol, filosofia/sociologia, educação física e, às vezes, música/artes. Entendemos o motivo de português, das línguas estrangeiras e das matemáticas básicas serem ensinadas. Um indivíduo tem de saber as linguagens básicas utilizadas na vida cotidiana para se relacionar bem com seu meio social e com o ambiente que o cerca. Biologia, química, física, geografia e história, além de fazerem parte do conhecimento científico geral que pensamos que todo indivíduo tem a obrigação e o direito de ter, *podem* dar a capacidade para um indivíduo adentrar a área das ciências naturais e humanas. O ensino de educação física e artes *podem* contribuir para uma boa saúde, para uma melhor relação social, para a precaução com relação às drogas, entre outras coisas. E, finalmente, a filosofia e a sociologia *podem* levar a um aprimoramento do pensamento e do entendimento das movimentações sociais.

O que propomos aqui é que: se as práticas de ensino permanecerem as mesmas, as potencialidades para o aprimoramento pessoal que possuem as atuais disciplinas do ensino básico brasileiro não serão realizadas; e que, mesmo que realizemos essas potencialidades, isso não será o suficiente para formarmos um indivíduo capaz de viver uma boa vida em

harmonia com o meio social. Em nenhum momento queremos dizer que o currículo atual é absolutamente maléfico para os estudantes, mas que ele não cumpre plenamente o seu papel e, por isso, não provê uma boa educação.

Queremos uma educação que forme indivíduos autônomos e que sabem resolver seus problemas dentro das regras estabelecidas para isso. Queremos um ensino que forme pessoas capazes de pensar, de solucionar problemas, de interferir na legislação e na administração pública, e de utilizar os órgãos de justiça para lidar com seus conflitos. Queremos indivíduos conscientes dos gastos públicos, dos impostos e das eleições. Queremos que os indivíduos tenham profissões recompensadoras. E queremos que, se algum indivíduo queira, ele tenha a possibilidade de formar e sustentar sua família, passando a vida boa adiante.

Se isso é o básico que pensamos que um indivíduo deve ter, não há como os conhecimentos atualmente ensinados possam fazer com que ele o tenha. Neste ponto é comum ouvirmos uma tese que diz que, indiretamente, os conhecimentos ministrados nas escolas cumprem a função da educação. A resposta a isso é que essa conexão indireta entre os conteúdos escolares e a realização pedagógica só parece ser eficaz se for acompanhada de métodos pedagógicos eficientes; e não é o caso que a educação básica brasileira tenha métodos pedagógicos eficientes.

Seria possível argumentar contrariamente e dizer que os métodos pedagógicos utilizados são eficientes. Entretanto, não é isso que mostram os maiores testes internacionais em educação, como o PISA, e nem é uma afirmação que tenha como ser provada, pois não há avaliação profissional dos métodos de ensino que são e que devem ser aplicados. E a falta de avaliação profissional junto com um currículo inadequado, além de nos impedir de saber como melhorar o ensino, não provê aos indivíduos as capacidades adequadas para a vida.

4 UM ENSINO PARA A VIDA

Anteriormente, falamos de dois problemas sérios da educação básica brasileira: a falta de avaliação profissional dos métodos pedagógicos e certa insuficiência do currículo escolar. Sobre a avaliação profissional, entendemos que sem ela não poderemos determinar como devemos ensinar os indivíduos para que atinjamos a finalidade da educação.

Como dissemos antes, sem os métodos adequados, as potencialidades das disciplinas não se cumprem. Mas o que quero dizer agora é que, *mesmo que* tivéssemos os métodos pedagógicos adequados, o conteúdo do currículo educacional básico brasileiro não seria o suficiente para formar um indivíduo capaz de viver bem e em harmonia com o meio social. Um indivíduo imaginário, que passe por todo o ensino formal básico, ainda que aprenda todo o conteúdo que deve aprender e que absorva esse conteúdo da maneira que gostaríamos, não teria adquirido todas as capacidades que esperamos que um indivíduo tenha.

Não percebemos de que forma as disciplinas ministradas atualmente podem ajudar uma pessoa a saber como utilizar a justiça, como interferir na legislação e na administração pública, como resolver problemas comunitários, ou como obter um trabalho recompensador. Ela pode, sim, ajudar a formar pessoas com conhecimento das linguagens básicas linguagens, com uma maior visão de mundo e com algum conhecimento pré-científico. Mas afirmamos novamente: isto não é o suficiente. Aprendemos demais desse conhecimento pré-científico e aprendemos muito pouco dos conhecimentos úteis para a vida cotidiana. É incompreensível porque pensamos que são mais básicos os conhecimentos sobre logaritmos ou sobre o surgimento do Iluminismo do que os conhecimentos práticos da vida em sociedade.

É verdade que o conteúdo do currículo educacional básico pode ajudar uma pessoa a passar no vestibular e ter acesso a empregos melhores, dando algum conhecimento geral básico e um conhecimento pré-científico mediano. Todavia, temos finalidades maiores para a educação. Mas que currículo deve refletir tais finalidades?

Essa é uma pergunta importante e que só pode ser respondida (e, na verdade, facilmente respondida) se partirmos da finalidade que queremos alcançar com a educação e, daí, direcionarmos-nos para o currículo. Assim, se queremos um indivíduo que saiba e respeite as leis e seja capaz de legislar, ele deve ter aulas sobre leis; se queremos que ele saiba como interferir na administração pública, ele deve ter aulas sobre os mecanismos burocráticos da administração pública e sobre influências político-econômicas; se quisermos que os indivíduos formados consigam solucionar problemas, sejam eles pessoais ou sociais, teremos que dar-lhes o conhecimento e a prática de solucionar vários tipos de problemas; se quisermos que as pessoas adquiram trabalhos recompensadores, precisamos lhes dar aulas das mais diversas funções e condições para que com elas as pessoas consigam viver suas vidas dignamente; e, finalmente, se quisermos que essas pessoas tenham a capacidade de passar uma vida boa para posteridade, temos que lhes dar todas as outras capacidades anteriormente citadas e as capacidades que as disciplinas atuais pretendem estimular.

O modo de ensinar a solucionar problemas leva-nos a pensar que a educação não deve se focar apenas nos conhecimentos, mas deve também levar em conta as habilidades práticas a serem adquiridas pelos alunos. O que queremos dizer é que não adianta muita coisa, por exemplo, saber qual é a função dos juízes e deputados, mas que é um absurdo não ter a habilidade prática para lidar com os problemas sociais envolvendo juízes e deputados. Para lidarmos com a necessidade de ensinarmos habilidades devemos conectar as escolas com, por exemplo, instituições públicas, ONGs e empresas sócio-ambientalmente responsáveis, a fim de obter as estruturas educacionais para o aprendizado profissional e para a *ambientação social* dos indivíduos.

5 CONCLUSÃO

Em resumo, pretendemos com este artigo encontrar uma solução para o problema de saber como podemos melhorar a educação. Partimos de um consenso sobreposto com relação à vida boa, à melhoria de vida e nos direcionamos à finalidade primordial da educação e aos meios para atingir esse fim. Vimos que uma vida boa é aquela com certas capacidades e funcionamentos que julgamos importantes para qualquer vida, e que a finalidade da educação deve ser justamente tornar o indivíduo capaz de ter uma vida boa em harmonia com o meio social.

Daí, então, pudemos mostrar que os métodos pedagógicos, além de indicarem resultados insatisfatórios, não são avaliados profissionalmente; e que as disciplinas básicas escolares são insuficientes para alcançar a finalidade da educação, por não nos suprirem com todas as capacidades básicas para conseguirmos levar uma vida boa. Sobre os primeiros, verificamos que poderíamos obter uma solução se passássemos a utilizar avaliações e orientações metapedagógicas (sobre o método de ensino dos professores) profissionais. Sobre a insuficiência, pensamos que poderíamos substituir ou suplementar (de acordo com o tempo escolar dos alunos) as disciplinas por aulas teóricas e práticas de coisas mais úteis à vida cotidiana, como o acesso à justiça, a interferência na administração pública e a solução de problemas sociais.

Refletir sobre isso nos levou a pensar que o ensino não deve estar voltado apenas à aquisição de conhecimentos teóricos, mas também à aquisição de habilidades práticas, de

acordo com esses mesmos conhecimentos e com os funcionamentos e capacidades que aceitamos como parte da vida boa. Apenas se, em educação, ensinarmos os conhecimentos e habilidades adequados, tivermos os bons meios para isso, e a capacidade de avaliar e aprimorar nossos métodos e disciplinas, conseguiremos formar pessoas capazes de viver bem e em harmonia com o meio social.

REFERÊNCIAS

01. BUCHMANN, Claudia & Emily Hannum. “Education and Stratification in Developing Countries: A Review of Theories and Research”. *Annual Review of Sociology*: vol. 27, 2001.
02. CID, Rodrigo. *O Conceito de Razoabilidade na Democracia* in “Seminário Internacional de Ética e Direitos Humanos”; Ouro Preto: Núcleo de Direitos Humanos da UFOP, 2007.
03. DAVIES, Ian & Setephen Gorard & Nick McGuinn. “Citizenship Education and Character Education: Similarities and Contrasts”. *British Journal of Educational Studies*: vol. 53, n. 3, 2005.
04. FETTERMAN, David. “Empowerment Evaluation: Building Communities of Practice and a Culture of Learning”. *American Journal of Community Psychology*: vol. 30, n. 1, 2002.
05. GARRETT, Jan (2008). *Martha Nussbaum on Capabilities and Human Rights*. Arquivo eletrônico encontrado em: <http://www.wku.edu/~jan.garrett/> (acessado: 07/07/08)
06. HUNT, F. J. “The Study of Education in Society: Education and Development”. *Comparative Education Review*: vol. 13, n. 2, 1969.
07. MOSES, Michele (2001). “Affirmative Action and the Creation of More Favorable Contexts of Choice”. *American Educational Research Journal.*, vol. 38, n. 1.
08. NUSSBAUM, Martha (2003). *Beyond the Social Contract: Capabilities and Global Justice*. Arquivo eletrônico encontrado em: <http://cfs.unipv.it/sen/papers/Nussbaum.pdf> (acessado: 07/07/08)
09. PETERSON, Gary & Robert Stakenas (1981). “Performance-Based Education: Method for Preserving Quality, Equal Opportunities and Economy in Public Higher Education”. *The Journal of Higher Education*: vol. 52, n. 4.

10. RAWLS, John (1999). *O Direito dos Povos*; tr. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
11. SEN, Amartya. “The Standard of Living”. *Tanner Lectures on Human Values*. Clare Hall: Cambridge University Press, 1985.
12. _____. *Desigualdade Reexaminada*; tr. Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.
13. _____. *Desenvolvimento como Liberdade*; tr. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
14. _____. *Basic Education and Human Security*. Kolkata: Commission on Human Security, UNICEF, the Pratichi Trust, e Harvard University, 2002.